



“TODO CIDADÃO BRASILEIRO TEM DIREITO À SAÚDE” – O DISCURSO DO JORNAL NACIONAL NA COBERTURA DAS 100 MIL MORTES POR COVID-19 NO BRASIL

Nelson Figueira Sobrinho¹

Em 8 de agosto de 2020, o Brasil contava com cerca de sete meses de medidas restritivas em razão da pandemia de COVID-19. A doença havia tido o primeiro caso confirmado em 26 de fevereiro. Apenas 20 dias depois, em 17 de março, era registrada a primeira morte (COEP, 2020)². Desde então, a curva de crescimento se acentuou, chegando a 100.543 mortes em 8 de agosto de 2020, sábado, véspera do Dia dos Pais. Seguindo a tônica adotada desde que números significativos de óbitos foram alcançados, o *Jornal Nacional*, telenoticiário brasileiro de maior audiência (KANTAR IBOPE MEDIA, 2020), preparou uma edição voltada ao fato e exibiu um editorial sobre o tema. Este texto, enunciado pelos apresentadores do noticiário, e os recursos (tele)jornalísticos que o antecederam, são objeto deste artigo.

Partindo da concepção althusseriana da mídia como Aparelho Ideológico de Estado (AIE), o que pressupõe que o telejornal atua para a manutenção da ideologia dominante, o objetivo deste artigo é analisar como, ao emitir opiniões, por meio do editorial, e ao noticiar fatos relacionados à pandemia naquele momento histórico, o *JN* usou recursos discursivos, imagéticos e sonoros (ou “não-imagéticos” e “não-sonoros”, como será explicado adiante) visando a mobilizar a opinião pública não apenas a favor das medidas restritivas de enfrentamento à doença, algo em tese esperado de um meio de comunicação, mas a posicionar-se contrária às ações (ou, como o telenoticiário destaca, inações) do Governo Federal, em especial às do presidente Jair Bolsonaro (então sem partido).

Tendo como procedimento teórico-metodológico a análise de discurso pecheutiana (AD), o estudo, parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, analisa quais as possíveis memórias discursivas presentes nos dizeres de apresentadores e como o silêncio colocou em circulação possíveis efeitos de sentido por meio dos materiais exibidos.

OS APARELHOS IDEOLÓGICOS DE ESTADO

Althusser (1980) parte de Marx para ampliar a definição clássica de Estado como Aparelho de Estado. Segundo ele, o Aparelho de Estado (AE) é formado pelo Governo, pela Administração, pelo

¹ Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras (Unioeste/Foz). Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Letras (Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Cascavel). Graduado em Comunicação Social – Jornalismo. E-mail: nelson_figueira@hotmail.com.

² Em 30 de abril de 2020, um exame corrigiu essa informação. Rosana Aparecida Urbano, de 57 anos, moradora da Zona Leste de São Paulo, foi a primeira brasileira a morrer em decorrência da doença, em 12 de março de 2020. A morte da dona de casa é um exemplo de como a doença atingiu sobretudo os mais vulneráveis. Apenas em agosto, a família de Rosana soube que ela havia morrido devido à doença (FIGUEIRA SOBRINHO, 2021).

Exército, pela polícia, pelos sistemas judiciário e prisional, etc. – e por isso pode ser denominado também Aparelho Repressivo de Estado (ARE), que funciona pela violência, física ou não. Além desse, há os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), que funcionam pela ideologia. Em outros termos, são responsáveis pela manutenção da ideologia dominante.

Segundo Althusser, existem vários AIE: religioso, escolar, político, familiar, sindical, da informação (mídia), cultural (Belas-Artes, Letras, o Desporto) e o jurídico. Cada um dos aparelhos colabora à reprodução das relações de exploração capitalista. Ao aparelho de informação, cabe embutir “através da imprensa, da rádio, da televisão, em todos os ‘cidadãos’, doses quotidianas de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo, etc.” (ALTHUSSER, 1980, p. 61).

AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO EDITORIAL

As circunstâncias da enunciação (ORLANDI, 2020) da edição do *JN* exibida em 8 de agosto de 2020 são *sui generis*. À época, o país estava havia 20 semanas convivendo diariamente com as mortes em decorrência da COVID-19. As condições de produção da edição incluíam ainda a saída de dois ministros da Saúde. Luiz Henrique Mandetta, médico que estava no governo desde 2019, defendia o distanciamento social, o que contrariava o chefe do Executivo. Por essa razão, foi demitido em 16 de abril. Em seu lugar, o presidente empossou Nelson Teich, oncologista com experiência em gestão privada da saúde. Teich permaneceu no cargo menos de um mês, pois saiu em 15 de maio. Concorreram para sua saída, além da também defesa do isolamento, sua discordância com a defesa do uso de hidroxiquina, feita por Bolsonaro. Em seu lugar assumiu, interinamente, o general Eduardo Pazuello, que não é um profissional da saúde. O país passou, desde então, quatro meses sem um ministro definitivo, até Pazuello ser empossado definitivamente em 16 de setembro. Na data, o número de mortos já passava de 134 mil.

No que diz respeito ao objeto, o *JN*, é relevante lembrar seus 52 anos de existência, completados em 1º de setembro de 2021. Ou seja, assim como a Rede Globo de Televisão – fundada quatro anos antes –, o telenoticiário nasceu na ditadura militar. Amorim (2015), entre outros, narra que a emissora sempre esteve próxima dos militares e permaneceu ao lado do poder durante os primeiros anos da redemocratização do país. Somente se opondo aos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), ambos do PT.

A “NÃO-IMAGEM”, O SILÊNCIO, O EDITORIAL

Em 8 de agosto de 2020, o *JN* se iniciou com um breve silêncio enquanto a câmera focalizava, do alto, William Bonner e Renata Vasconcellos, mas distanciando-se deles. Logo inicia-se a música tema e a câmera mostra a redação em penumbra. Ao fundo, vê-se parte de uma bandeira brasileira em tons de cinza e sobre ela escrito: “100.543 vidas perdidas”. Novamente um breve silêncio, um *fade out* seguido de um *fade in*,³ que termina mostrando o apresentador. O recurso imagético da ausência de imagem, em combinação com o silêncio da ausência de som, por si já produz sentido. Como escreveu Orlandi (2007), “as palavras são múltiplas mas os silêncios também o são”. Entre as várias formas de silêncio, está o

³ *Fade out* é o desaparecimento gradativo de uma imagem deixando a tela totalmente preta; *fade in* é o desaparecimento gradual da tela preta até surgir uma imagem.

silêncio fundador, ou fundante: o início da significação e fator condicionante da produção de sentido (ORLANDI, 2007, p. 18).

Entre os silêncios, a autora classifica como fundador, ou fundante, o que existe nas palavras, o não-dito e que concede o espaço de recuo significante, possibilitando as condições para significar. Há ainda a política do silêncio, a qual Orlandi (2007) subdivide em silêncio constitutivo, que indica que para dizer algo é necessário “não-dizer” – ou ao se dizer determinada palavra, o enunciado apaga sempre as demais –; e o silêncio local, que é simplesmente a censura.

No caso específico do *JN*, nessa edição, o silêncio produzido é fundador: ao silenciar, mesmo que por segundos, algo foi dito por meio do não-dizer de acordo com o contexto, uma vez que o silêncio, assim como a palavra, possui suas condições de produção; “por isso, dada a diversidade dessas [das condições de produção], o sentido do silêncio varia, isto é, ele é tão ambíguo quanto as palavras” (ORLANDI, 1987, p. 263). Além do não-dizer, o telenoticiário utilizou como recurso imagético o *fade out* – a ausência de imagem. Ao unir ambos, o telejornal promoveu “um parafraseamento de imagens”, termo usado por Souza (1998, p. 6), que propõe um estudo da imagem por meio da AD.

Segundo a autora, ao narrar, em *off*, aquilo que se vê nas imagens, a televisão silencia a imagem, pois há uma interposição entre a imagem e o espectador. Trata-se, portanto, de um “processo de produção de significação bastante direcionado” (SOUZA, 1998, p. 5). Com base no defendido por Souza, podemos inferir que, nesse caso específico do *JN*, houve o parafraseamento, porém da não-imagem, por meio do silêncio: a inexistência do som, a não-sonoridade, parafraseando a não existência da imagem, a não-imagem.

Voltando ao telejornal, logo após o *fade* surge a figura do apresentador, William Bonner, que inicia:

[WILLIAM BONNER]: Todo cidadão brasileiro tem direito à saúde e todos os governantes brasileiros têm a obrigação de proporcionar aos cidadãos esse direito. As ações dos governantes precisam ter como objetivo diminuir o risco de a população ficar doente. E não somos nós que estamos dizendo isso. É a Constituição Brasileira que todas as autoridades juraram respeitar. ‘Tá’ registrado no Artigo 196.

[Uma tela se sobrepõe à imagem do apresentador. Surge a imagem simulando a capa da Constituição onde se reproduz os dizeres lidos pelo apresentador]

“A saúde é direito de todos e dever do Estado garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Nesses dizeres, há uma intertextualidade: o telenoticiário se vale da Constituição Federal para fundamentar e garantir autoridade aos dizeres. Essa intertextualidade, no entanto, advém de uma memória discursiva:

[.] aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÉCHEUX, 1999, p. 52).

No discurso, os implícitos são baseados em um imaginário que o representa como sendo memorizado. Por sua vez, cada discurso, ao pressupor esse imaginário, vai fazer apelo a sua construção e reconstrução, “sob a restrição ‘no vazio’ de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase” (ACHARD, 1999, p. 13). Com base nisso, podemos inferir que, no que diz respeito ao editorial do

JN, a memória traz elementos do discurso próprio da defesa dos direitos sociais, com o uso da Constituição para corroborar a tese defendida pelo programa jornalístico. Mesmo não usando os dizeres “direitos sociais”, o telejornal indiretamente defende o prescrito no Artigo 6º da CF.

Como destaca Telles (2006), os direitos sociais foram reconhecidos ao lado dos direitos civis e políticos no bojo dos direitos humanos, após a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). “No Brasil, essa concepção universalista de direitos sociais foi incorporada muito tardiamente, apenas em 1988, na nova Constituição [...]” (TELLES, 2006, p. 173). Neste sentido, pode-se concluir que, ao defender a saúde como um direito social e como obrigação do Estado e, ao destacar a obrigatoriedade do “acesso universal e igualitário”, os dizeres do editorial comportam uma memória discursiva própria dos defensores dos direitos sociais e da própria Constituição. Essa visão fica ainda mais evidente na continuidade do editorial:

[RENATA VASCONCELLOS]: Nós já mostramos o que diz o artigo 196: “É dever das autoridades” que governam o país implementar políticas que visem a reduzir o risco de doenças. E a pergunta que se impõe é: o presidente da República cumpriu esse dever? Entre os governadores e prefeitos, quem cumpriu? Quem não cumpriu? Mais cedo ou mais tarde o Brasil vai precisar de resposta para essas perguntas. É assim nas democracias e nas repúblicas, em que todos temos direitos e deveres e onde ninguém está acima da lei.

A pergunta sobre o presidente no excerto acima está relacionada aos trechos anteriores do próprio editorial, em que o texto afirma que Mandetta e Teich, “dois médicos de formação”, deixaram o cargo, pois defendiam ações baseadas na ciência, “e o presidente Bolsonaro não concordou com essa postura deles”. A complementação do questionamento vem a seguir, com o texto apresentado uma silepse de pessoa: “todos temos direitos e deveres e onde ninguém está acima da lei”. Antes de analisarmos essa sequência discursiva, abrimos parênteses para comentarmos sobre gêneros jornalísticos.

Erbolato (1991) aponta a existência de três gêneros jornalísticos: informativo, interpretativo e opinativo, em que o editorial está incluído neste último. Marques de Melo e Assis (2016) ampliam essa categorização em informativo (nota, notícia, reportagens, etc.), opinativo (editoriais, comentários, artigo), interpretativo (análise, perfil, etc.); diversional (história de interesse humano) e gênero utilitário (indicador, cotação, serviço, etc.). Partindo de José Marques de Melo, França (2016) adverte que, embora opinativos, os editoriais não são “manifestações ideológicas [apenas] dos proprietários das empresas comunicativas” mas refletem “o consenso de opiniões provenientes dos diferentes núcleos participantes da propriedade organizacional”. Em outros termos, “a vocação editorial consiste em apreender e conciliar os variados interesses que perpassam sua operação cotidiana” (FRANÇA, 2016, p. 83). Entre os “variados interesses” estariam não apenas os da emissora, mas de anunciantes, de políticos e do próprio Estado.

Se para a gramática, a silepse de pessoa “consiste em operar a concordância do verbo não com a pessoa do aposto claro, mas com a pessoa do fundamental oculto” (ALMEIDA, 2009, p. 464), para a AD, no entanto, não se trata apenas da ocultação de “nós” – que poderia gramaticalmente também ser entendida como elipse. Renata Vasconcellos não se refere a ela, apenas, mas ao colega de bancada, ao *JN*, à própria emissora e, como vimos a um conjunto de interesses. Esse quadro torna-se ainda mais contundente se levamos em consideração que a classificação dos gêneros jornalísticos, usada para promover uma separação entre um material em que há uma opinião daquele apenas informacional, não é sustentada aos olhos da AD, pois, mesmo sem apresentar características visíveis disso, o texto informativo expressa uma opinião. Em outros termos: ao usar o editorial na abertura, o *JN* marca uma falsa distinção, como se o

restante do telejornal, exibido em seguida aos dizeres iniciais, não representasse o posicionamento da emissora.

Dentro da formação discursiva em que está inserida (PÊCHEUX, 2014), Renata Vasconcellos fala da posição-sujeito em que ocupa: a de apresentadora do telejornal mais assistido do país e veiculado pela maior emissora brasileira, o que a coloca, ao lado de Bonner, na posição de porta-voz tanto do meio de comunicação quanto dos interesses que gravitam em torno dessa empresa. No trecho há, portanto, uma advertência da emissora e de um grupo ao presidente tendo como argumentação, mais uma vez, o texto constitucional. Recurso presente também nos dizeres circulados pela emissora no golpe/*impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em que

O pacote dominante interpretativo do Jornal Nacional está [esteve] em consonância com a produção de verdade do Supremo Tribunal Federal sob a alegação de constitucionalidade do rito do processo de impeachment que seguiu as normas de um regime democrático de 'ampla defesa'. [...] cada um, mídia e judiciário, tentaram convocar Dilma para assumir uma posição-de-sujeito. Essa convocação foi produzida por um cinismo jurídico-midiático legitimado pela profissionalização do jurídico enviesado pela análise dos decretos e das pedaladas fiscais a partir da Constituição Federal [...] (CASTANHEIRA, 2018, p. 187).

Em síntese: ao advertir Bolsonaro, sob o argumento de seguir a Constituição, a emissora busca influenciar parte de seus espectadores. Histórico lembrado por Fabbri Junior (2019), que por meio da AD conclui que o posicionamento histórico do telejornalismo da Rede Globo de Televisão é repleto de "ausências, reticências, amnésias e memórias", o que têm consequências, como permanência de discursos existentes. Ainda que esse seja apenas um exemplo, com o argumento de proteger um direito social, o *JN* segue buscando manter sua hegemonia. Essa hegemonia, é feita por meio de recursos midiáticos e, sobretudo, discursivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ensinar como deve ser a relação dos jornalistas e empresários dos meios de comunicação com aqueles que detêm o poder, Alberto Dines (2009) defendeu ser fundamental ter uma distância necessária entre os que noticiam e os que são notícia. Essa distância, a julgar por vários estudiosos e jornalistas, nem sempre foi respeitada pela Rede Globo. Atualmente, como verificado empiricamente e já estudado pela academia, Jair Bolsonaro, diferentemente de governantes não progressistas anteriores, não tem a emissora carioca como o canal de televisão aliado, mas, sim, a Rede Record (ALMEIDA, 2019). Como AI, a emissora carioca segue defendendo a ideologia da classe à qual pertence. Ao detratar Bolsonaro, não faz oposição ao governo, mas àquele que está à frente desse o qual, ao que tudo indica, é considerado pela emissora um inapto. Essa posição fica clara nos dizeres presentes no principal telejornal do país, crítico contumaz do chefe do Executivo, mas que segue apoiando, por exemplo, as reformas impostas pela agenda neoliberal.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 11-17.
- ALMEIDA, Ronaldo De. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estudos – CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 1, jan./abr. 2019.

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado** – Notas para uma investigação. Tradução: Joaquim Moura Ramos Lisboa: Presença, 1980.
- AMORIM, Paulo Henrique. **O quarto poder** – uma outra história. São Paulo: Hedra, 2015.
- CASTANHEIRA, Karol Natasha Lourenço. **“Tchau, querida”**: os enquadramentos do Jornal Nacional no processo de impeachment. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/157313>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- COEP – REDE NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL. **Linha do tempo do Coronavírus no Brasil**. Rio de Janeiro, 2 jul. 2020. Disponível em: <http://coepbrasil.org.br/covid-linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil/>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- DINES, Alberto. **O papel do jornal**: e a profissão de jornalista. Atualização e pesquisa: Luiz Antonio Magalhães. 9. ed. São Paulo: Summus, 2009.
- ERBOLATO, Mario L. **Técnicas de codificação em jornalismo**. Redação, captação e edição no jornal diário. 5 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1991.
- FABBRI JÚNIOR, Duílio. **“Nós fizemos uma eleição...”**: regularidades e rememorações de erros pela lente da Rede Globo. 2019. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/11701/Tese%20Du%c3%adlio%20FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 maio 2020.
- FIGUEIRA SOBRINHO, Nelson. Nomes silenciados, histórias apagadas: os dados estatísticos da sin/pandemia aos olhos da Análise de Discurso. *In*: JELL – JORNADA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS, 23., 2021, Marechal Cândido Rondon (PR). **Anais [...]**. Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2021.
- FRANÇA, Juliana de Sá. É verdade porque eu digo que é: análise do discurso editorial de periódico cascavelense. **Vozes & Diálogo**, Itajaí, v. 16, n. 01, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/9551>. Acesso em: 18 maio 2021.
- KANTAR IBOPE MEDIA. **Audiência do horário nobre** – 15 Mercados – 16/11 a 22/11/2020. [S. l.], 27 nov. 2020. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/audiencia-do-horario-nobre-15-mercados-16-11-a-22-11-2020/>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- MARQUES DE MELO, José. ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom – RBCC**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-56, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/intercom/a/YYXs6KPXhp8d7pRvJvnRjDR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 maio 2021.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. *E-book Kindle*.
- PÊCHEUX, Michel. A forma-sujeito do discurso. *In*: PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso** – Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014. p. 145-168.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. *In*: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 49-56.
- PORTO Mauro P.; NEVES, Daniela; LIMA, Barbara. s. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA (VIII COMPOLÍTICA), 8., 2019, Brasília. Brasília: Universidade de Brasília (UnB), 2019.
- SOUZA, Tania C. Clemente de. Discurso e imagem – perspectivas de análise não verbal. **C-legenda** - Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, v. 1, p. 1-10, 1998. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36741/21317>. Acesso em: 28 jul. 2020.
- TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.